



Processo : 242747-9/19

Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV

Setor :

Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO

Observação : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

Egrégio Tribunal

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, referente ao exercício de 2018.

Em 27/06/23, o Conselheiro Substituto Christiano Lacerda Ghuerren proferiu Decisão Monocrática, nos seguintes termos:

“DECIDO:

I- Pela **NOTIFICAÇÃO** do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;

II- Pela **NOTIFICAÇÃO** do Sr. Eliel Fernandes da Silva responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;



*III- Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos do art. 15, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão plenária, viabilizando o acesso dos responsáveis notificados à documentação necessária ao atendimento a esta Corte.”*

O Corpo Instrutivo, após reexaminar o processo à vista dos esclarecimentos prestados através do Documento TCE nº 19.968-3/23, juntado aos autos em atendimento ao r. *decisum*, e ainda com esteio na informação da Coordenadoria Setorial de Prazos e Diligências de 11/09/23, propõe ao Plenário a adoção das seguintes providências:

*“I- **NÃO ACOLHIMENTO** das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, mediante o DOC. TCE-RJ n.º 19.968-3/2023.*

*II- sejam julgadas **IRREGULARES** as Contas Anuais de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, com fulcro no art. 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, em face da ocorrência das seguintes IRREGULARIDADES e IMPROPRIEDADES:*

IRREGULARIDADES:

*1- Emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em **31/12/2018** divergentes referentes ao MESQUITAPREV, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos.*

2- Ausência do Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.



3- *Ausência do Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras elaborado em 2018 (contendo Quadro Principal) conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17, objetivando evidenciar, de forma resumida, as conciliações bancárias efetuadas à época que ensejaram o saldo das disponibilidades registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (fls. 22-23) no montante de **R\$122.890.315,70**.*

4- *Divergência, na ordem de R\$1.870.774,53, entre o saldo do exercício anterior, constante do Balanço Financeiro de fl. 22, no montante de R\$110.539.719,93 e o saldo para o exercício seguinte registrado no BF 2017 (processo TCE-RJ n.º 227.279-1/18), de R\$108.668.945,40 (Questão Normativa 5.3 da instrução de 31/05/2023).*

IMPROPRIEDADES:

1- *Divergência na ordem de R\$16.409,07, entre a inscrição em restos a pagar processados registrada no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, e o apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29 (Questão Normativa 4.2 da instrução de 31/05/2023).*

2- *O Anexo 17, às fls. 31-32, registra o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. (Questão Normativa 5.10 da instrução de 31/05/2023).*

3- *Ausência de informação quanto à composição do valor registrado na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores" de R\$242.582,25, no Balanço Patrimonial de fl. 23.*

4- *Ausência de cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.*

5- *Ausência de declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.*



III- APLICAÇÃO DE MULTA ao Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pelo setor de Contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, ante o não atendimento, sem causa justificada, à decisão desta Corte, em valor a ser estipulado pelo Colendo Plenário desta Corte de Contas, com fulcro no art. 63 IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art. 3º, inciso VII, da Lei Estadual nº 6.113/2011, DETERMINANDO-SE a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à Dívida Ativa Estadual, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal.”

É o relatório. Passo a opinar.

Considerando os preceitos contidos na Lei Complementar nº 63/90 e no Regimento Interno desta Corte de Contas, aplicáveis à hipótese de controle examinada neste processo;

Considerando os termos da Decisão Monocrática de 27/06/23 e a situação fática narrada pela instância técnica em 25/04/24;

Considerando a juntada do Certificado de Revelia nº 370/23, os elementos que dos autos constam e as irregularidades e impropriedades que foram identificadas; e

Considerando que, sob a ótica do *Parquet*, o processo se encontra maduro para a prolação de decisão definitiva de mérito, este órgão ministerial manifesta-se favoravelmente às medidas sugeridas pelo Corpo Instrutivo, opinando:

I- pela **Irregularidade** das Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, nos termos do artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 63/90, com a aplicação dos consectários legais daí decorrentes, e



II- pela **Aplicação de Multa** ao Sr. Eliel Fernandes da Silva, com base no art. art. 63, inciso IV, da Lei Complementar nº 63/90, pelo motivos expostos no item III da conclusão da instância instrutiva reproduzida no relatório deste Parecer.

Em 03 de Maio de 2024.

SERGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA
Procurador de Contas
Matrícula 02/010601